



---

**AE Setorial – 17 Set 2004**

### **Novo modelo amadurece relação entre setor e governo**

A regulamentação do novo modelo do setor elétrico não atingiu aprovação unânime das empresas do setor. Mas as reclamações isoladas de agora, após a divulgação do modelo e de boa parte da sua regulamentação, no dia 31 de julho, indicam um avanço significativo nas relações entre os empresários do setor elétrico e o governo, quando comparadas com o clima de confronto aberto que havia até quatro meses atrás.

Foi um processo paulatino de conquista de confiança, segundo revelam participantes das conversações, conduzido, em boa parte do tempo, em meio a duras negociações entre agentes e técnicos do governo. Até o início da discussão das normas que regulamentariam o novo modelo do setor, em março, as reuniões foram ponteadas por duras reprimendas aos agentes mais críticos e a um controle absoluto das informações, por parte dos representantes do governo. Ao que os investidores privados reagiram com pesadas críticas ao processo, ao modelo e aos seus interlocutores, feitas à imprensa sempre com preservação de suas identidades.

Calejados com os atritos que tiveram com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, ao longo de todo o processo de discussão do novo modelo, iniciado no ano passado, e durante a sua tramitação no Congresso, muitos executivos temiam que a discussão das regras de comercialização fosse somente um jogo de cena, com o objetivo de reduzir os protestos em relação à falta de diálogo que teria imperado na primeira etapa. Esse temor só foi completamente afastado na véspera da assinatura do primeiro decreto de regulamentação, quando os representantes das associações de categorias foram chamados para uma reunião no ministério.

Na ocasião, foi exposto o formato final da regulamentação. O governo preocupou-se em manter em reserva o conjunto das medidas, e só mostrou a cada representante os pontos relativos à sua entidade. Mas foi o suficiente para mostrar que o combinado estava sendo cumprido.

A ministra atribui o relativo sucesso das negociações ao amadurecimento de todos os envolvidos, tanto do lado do governo quanto do setor privado. "Ninguém amadurece sozinho", disse Dilma. Segundo ela, o espírito dos negociadores começou a mudar em maio, com a indicação da nova diretoria do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Embora a nova legislação determine que o governo deva indicar três diretores, cabendo ao setor privado a indicação dos outros dois, a ministra propôs que os cinco diretores fossem nomeados por consenso. A proposta foi aceita e o resultado começou a desanuviar o ambiente.

Executivos do setor elétrico ouvidos pelo AE Setorial concordam que uma mudança efetiva entre o ambiente que imperou nas negociações visando a implementação do novo modelo do setor elétrico - o que ocorreu efetivamente com a publicação das Leis 8.847 e 8.848, em março deste ano - e o que permeou as conversações para a sua regulamentação do modelo - concluídas com a publicação do decreto 5.163, que regulamenta a comercialização de energia, em julho último.

### **Fase problemática**

Dilma reconhece que a primeira fase das negociações foi problemática. "Naquele primeiro momento foi feita muita marola", disse a ministra, lembrando das acusações que lhe foram feitas de querer ressuscitar o modelo estatal, em detrimento do investimento privado. A ministra também guardava na lembrança o desgaste de realizar negociações com um grupo, acreditando estar negociando com um segmento inteiro que ele representava, para ler depois críticas ao que tinha sido acertado. Esse foi um problema que ela preparou-se para minimizar na segunda etapa.



Vários agentes do setor também guardam lembranças desagradáveis daquela primeira fase. Os agentes privados traziam, ainda da campanha presidencial, uma má impressão em relação às mudanças que foram anunciadas pelos auxiliares do então candidato Lula para esse segmento. A simples menção de uma "mudança no modelo" soava como um alto grau de risco regulatório. Com a troca do modelo baseado na expansão da participação do investimento privado no setor, concebido no governo Fernando Henrique Cardoso e que orientou a decisão de vários grupos de aportarem no País, por um que prevê uma convivência entre estatal e privado, mas com grande concentração de poder no governo federal, muitos investidores privados viram subir a níveis alarmantes a avaliação de riscos.

### **"Centralização"**

No processo de discussão para a implementação do modelo, eles reclamam que não foi aproveitada a grande maioria das contribuições e sugestões que levaram às reuniões para a concepção do novo modelo. Também queixam-se de que houve uma excessiva centralização das informações nas mãos dos técnicos do governo. "Nas reuniões com a ministra e com o secretário-executivo do ministério, Maurício Tolmasquim, não eram distribuídas cópias em papel das medidas que estavam em discussão. Em algumas reuniões, tampouco foi permitida a anotação dos pontos apresentados", disse um executivo do setor privado.

O zelo em relação às informações também se estendeu a palestras e seminários realizados pela ministra Dilma e pelo secretário Tolmasquim. Durante a elaboração do novo modelo, ambos chegaram a apresentar ao público de seminários e palestras as medidas em discussão. Mas não forneceram cópias das transparências apresentadas às organizações dos eventos.

Ainda segundo vários executivos do setor elétrico, o clima esquentou ainda mais em algumas reuniões nessa primeira etapa. Vários depoimentos dão conta de que alguns executivos chegaram a ser repreendidos duramente nas reuniões por terem manifestado divergências, pela imprensa ou mesmo durante os encontros em Brasília, em relação aos pontos apresentados pelo governo federal. As repreensões sobram, também, para um membro do próprio governo, que apresentou aos jornalistas pontos de vista diferenciados em relação à linha de pensamento oficial, seja no setor elétrico, seja na condução da economia.

### **Interlocutores**

Para evitar a repetição do problema, Dilma abriu as negociações da regulamentação com uma ampla reunião com representantes de todos os segmentos - geradores, distribuidores, transmissores, comercializadores e grandes consumidores. Nesse grande encontro foi determinado que as conversas técnicas precederiam as negociações políticas, e foi pedido aos empresários que eles próprios escolhessem seus interlocutores. "Eu disse que não queria técnico de quinto escalão, tinha que ser técnico com poder de decisão", lembra a ministra.

Após um longo debate, cada segmento indicou as entidades que as representariam e os técnicos que participariam das negociações. Com base no texto da lei 10.848, que fixou as regras de comercialização de energia, cada grupo assinalou os pontos que queria discutir e passou a negociá-los com o ministério. O coordenador do trabalho foi o secretário-executivo Maurício Tolmasquim, que manteve dezenas de reuniões discutindo projeções, sugestões e conflitos entre os empresários e os existentes entre estes e o modelo defendido pelo governo.

Como muitas das decisões dos grupos eram conflitantes com as de outros grupos, os técnicos foram reunidos para buscar um entendimento. "Nosso papel era colocar o tema e forçar um acordo", lembra Dilma. O que não foi acertado entre os técnicos, ficou para ser debatido em reuniões com os dirigentes das entidades. "Tinha um que eu até disse que ia botar uma caneca de café com o nome dele, de tanto que ele vinha aqui", brincou Dilma, referindo-se ao presidente da Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) Luis Fernando Vianna.

As poucas divergências que sobram foram arbitradas pelo ministério. Apesar das divergências surgidas nas discussões, Dilma garante que houve um espírito de lealdade nas conversas. Mesmo quando havia



---

acordo entre os empresários sobre determinados assuntos, o ministério fazia simulações e projeções para verificar se a solução era consistente com o modelo. E houve casos em que os empresários foram alertados de que os acordos trariam perdas, para um lado ou para o outro, que não estavam sendo previstas pelos negociadores. Em consequência dos alertas, os acordos eram refeitos. "Tudo tem que estar fundado num mínimo de ética e confiança", afirma Dilma.

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Luiz Carlos Guimarães, é um dos representantes dos agentes que reconhece bons resultados nas negociações. Segundo ele, as distribuidoras temiam ficar com o maior nível de risco no novo modelo, mas tiveram a maior parte dos seus pleitos atendidos. Vianna também elogia o resultado, embora não tenha sido atendido em alguns pleitos. E quer que esse canal de negociação continue aberto. "Gostaríamos que as etapas que vêm pela frente também sejam conduzidas dessa forma", sugeriu.

Mesmo Claudio Sales, diretor presidente da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica (CBIEE), um dos críticos mais severos do novo modelo, admitiu "terem ocorrido avanços importantes" na regulamentação. Mas ele ressalta que outros importantes pontos "precisam evoluir".